

# GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES



# ARTIGO

## **SOBRE TENDÊNCIAS CURRICULARES NO JAPÃO: UM ESTUDO DE CARÁTER EXPLORATÓRIO**

*About curriculum tendency in Japan: an exploratory study*

*Sobre las tendencias curriculares en Japón: un estudio exploratorio*

### **Livia Ferreira Torres Moreira**

Graduanda em Pedagogia pelo Instituto de Educação de Angra dos Reis - Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Cultura- GPECult.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1687-9071>

Email: [liviaftm@id.uff.br](mailto:liviaftm@id.uff.br)

### **William de Goes Ribeiro**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto na Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense (PPCULT/ UFF). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Cultura (GPECult), Instituto de Educação de Angra dos Reis, UFF.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3940-7492>

E-mail: [williamgribeiro@gmail.com](mailto:williamgribeiro@gmail.com)

### **Janiara de Lima Medeiros**

Mestre em Educação e membro dos grupos de pesquisa GPETED e GPECult (UFF). Professora da Universidade Federal Fluminense, UFF.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8610-4728>

E-mail: [jlmedeiros@id.uff.br](mailto:jlmedeiros@id.uff.br)

Como citar este artigo:

MOREIRA, Livia Ferreira Torres; RIBEIRO, William de Goes; MEDEIROS, Janiara de Lima. Sobre tendências curriculares no Japão: um estudo de caráter exploratório. In **GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES**, jul./dez. vol. 2, n. 6, p. 02–18, 2024.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/index>

Volume 2, número 6 (2024)

ISSN 25959026

## SOBRE TENDÊNCIAS CURRICULARES NO JAPÃO: UM ESTUDO DE CARÁTER EXPLORATÓRIO

*About curriculum tendency in Japan: an exploratory study*

*Sobre las tendencias curriculares en Japón: un estudio exploratorio*

### Resumo

O objetivo deste estudo é refletir sobre as tendências curriculares no Japão a partir da teorização curricular produzida no Brasil. A perspectiva estadocêntrica de currículo não faz sentido. Diferentemente, procuramos tecer os argumentos a contar de uma abordagem mais fluida e dinâmica de currículo na qual tanto a produção de documentos quanto às experiências vividas é incluída de maneira imprevisível, sem esperar sínteses. A dinâmica cultural japonesa nos mobiliza o pensamento e o imaginário diante da negociação de sentidos. Tendo em vista a baixa produção teórica deste tema, procuramos nos empenhar em um estudo de caráter exploratório em busca de análises sobre o assunto. Os resultados indicam um campo promissor, apontam para a necessidade de mais estudos que envolvam o leste asiático e outras regiões, articulando teorizações e prática curricular em distintos contextos.

**Palavras-chave:** Currículo japonês; Japão; cultura.

### Abstract

The objective of this study is to reflect on curricular trends in Japan based on curricular theorization produced in Brazil. The state-centric perspective of curriculum makes no sense. Differently, we seek to weave arguments based on a more fluid and dynamic approach to curriculum in which both the production of documents and lived experiences are included in an unpredictable way, without expecting syntheses. Japanese cultural dynamics mobilize our thinking and imagination in the face of negotiating meanings. Given the low production of this topic, we sought to undertake an exploratory study in search of analyzes on the subject. The results indicate a promising field and point to the need for more studies involving East Asia and other regions, articulating theories and curricular practice in different contexts.

**Keywords:** Japanese curriculum; Japan; culture.

### Resumen

El objetivo de este estudio es reflexionar sobre las tendencias curriculares en Japón a partir de la teorización curricular producida en Brasil. La perspectiva estatalista del currículo no tiene sentido. De manera diferente, buscamos tejer argumentos basados en un enfoque más fluido y dinámico del currículo en el que tanto la producción de documentos como las experiencias vividas se incluyan de manera impredecible, sin esperar síntesis. La dinámica cultural japonesa moviliza nuestro pensamiento y nuestra imaginación frente a la negociación de significados. Dada la baja producción de este tema, buscamos realizar un estudio exploratorio en busca de análisis sobre el tema. Los resultados indican un campo prometedor y señalan la necesidad de realizar más estudios que involucren a Asia Oriental y otras regiones, articulando teorías y prácticas curriculares en diferentes contextos.

**Palabras clave:** Currículum japonês; Japón; cultura.



## Introdução

A área de estudos curriculares está em constante mudança devido as práticas de significação e as disputas do campo (Lopes e Macedo, 2011; Bastos e Dias, 2023). Na atualidade, com o aumento de produções acadêmicas direcionadas à área da educação, podemos encontrar diversas publicações a respeito do assunto “currículo”. Há muitos portais de comunicação de pesquisadores que nos apresentam inúmeras questões sobre o tema. O leste asiático, mais do que uma região, resulta de múltiplos discursos, consequência de relações de poder e negociações (Hall, 1997). No caso, pode-se imaginar e discutir os impactos em culturas que foram colonizadas, as quais historicamente sofrem com a influência europeia; mas também considerar outras paisagens em disputa em um mundo globalizado (Appadurai, 2004).

Especialmente, as teorizações curriculares estão de algum modo articuladas a tais questões da globalização, haja vista os problemas em torno de uma educação global em disputas desiguais, as quais incluem agências multilaterais, como o Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras (Ball, 2014). Nesta configuração, “currículos” estão ligados a tais processos de produção de sentido, voltados para questões mobilizadas em distintos países. No caso do Brasil, o contexto inclui o eurocentrismo como um dos resultados da colonização europeia, o que inclui a exploração humana, a dominação e a tentativa de extinção da história e cultura considerada “outra”. No caso asiático, os processos de hibridização/negociação de sentido (Bhabha, 1998; Lopes e Macedo, 2011), não são os mesmos do Brasil. O que nos estimula particularmente com esta pesquisa, embora nos aponte um terreno difícil por onde desejamos caminhar.

Com efeito, o que nos parece um ponto de partida é que as pesquisas no campo do currículo no Brasil parecem não ter interesse sobre o caso do Japão e do Leste Asiático. Visando contribuir com as discussões, nosso argumento é que tais estudos podem ter contribuições para o campo de modo a ampliar as possibilidades, revendo questões e debates. Assim, para ampliar a compreensão dos estudos em tela, realçamos a influência cultural em diversas perspectivas de currículo, este compreendido como política cultural (Lopes e Macedo, 2011). Tendo em vista os distintos contextos em fluxo e os processos de significação com os quais se negocia

a cultura, o quão diferente “dos nossos” são os estudos japoneses?<sup>1</sup> Quais são as tendências da região leste asiática a respeito de currículo? O que se entende por “conhecimento” e como essa questão é tratada? O porquê se aproxima ou se distancia de uma abordagem globalizada ou centralizada em enfoque euro-norte-americano? Como a negociação de sentidos se dá no caso estudado?

Com tais questões norteadoras em destaque, este estudo tem como objetivo explorar a disponibilidade de publicações curriculares sobre a região do leste da Ásia, em específico, o Japão, com a finalidade de apresentar perspectivas de currículo e estudar a respeito de modo a ter elementos para repensar nossas questões curriculares, algo pouco enfatizado ou evidenciado nas pesquisas brasileiras.

Considerando o exposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: a seção metodologia apresenta alguns procedimentos decisórios do estudo; a seção seguinte enfoca as discussões teóricas que consideramos importantes. A partir disso, apresentamos alguns resultados do processo de estudo e, logo a seguir, as considerações finais, a partir das quais retomamos elementos pertinentes à nossa pesquisa, apontando novas possibilidades e desdobramentos.

## **Metodologia**

Trata-se de um estudo do tipo exploratório que toma como base um levantamento bibliográfico realizado a partir da produção acadêmica no campo do currículo. Utilizamos as seguintes fontes de estudo: reuniões da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPEd); publicações no Scientific Electronic Library Online (SciELO); revistas especializadas (Espaço do Currículo, Teias, Currículos sem Fronteiras e E-Curriculum); além de resumo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Levamos em consideração apenas as publicações no Brasil nos últimos 10 anos (de 2014 a 2024),

---

<sup>1</sup> Enquanto a língua portuguesa utiliza um alfabeto latino para formar palavras, o japonês usa três sistemas diferentes de escrita: *hiragana*, *katakana* e *kanji*. Isso já faz uma diferença inclusive na construção semiótica (Kitamura *et al*, 2019).

considerando tratar-se de um trabalho inicial que tem como elemento balizador publicações recentes e tendências na área.

### **Sentidos de currículo**

Nos parece um discurso sedimentado em debates sobre currículo no Brasil que a organização curricular é importante para definir um curso educacional ou processo cujos fins são pedagógicos. Quer dizer, uma escola não funciona sem que esteja amparada por legislações e formalidades de planejamentos que fomentem e instituem um sentido restrito ao currículo, como se fosse um documento (Lopes e Macedo, 2011). Podemos dizer que há diversas leis que estabelecem condições de como uma instituição minimamente funciona, seguindo regulamentações e orientações. Porém, sem deixar de estarem amparados em uma perspectiva discursiva, não se disseminam de forma determinista, mas como parte de negociações na escola e no contexto da prática (Bastos e Dias, 2018; Ribeiro, 2018; Ribeiro e Craveiro, 2017).

Neste sentido, o documento curricular é parte deste conjunto de normatividades, mas nunca, conforme os pesquisadores citados, se está lidando com “algo dado”, quer dizer, com uma identidade homogênea/acabada. Estas orientações, principalmente quando nos referimos à educação pública, é ainda mais restrita quando posta a ser seguido, com definição do que é necessário ser aprendido durante a trajetória escolar. No entanto, a teorização curricular já há muitas décadas, desde os escolanovistas, apontam que o currículo não está e nem deve estar restrito ao que se estabelece formalmente. Recentemente, outros olhares apontam para variados aspectos que remetem à escola como o espaço-tempo de produção curricular (Bastos e Dias, 2023; Ribeiro, 2018).

Desta forma, Lopes e Macedo (2011), em Teorias de Currículo, obra que serve de base para os pesquisadores acima, nos mostram que diversas discussões sobre o que deve ser ensinado produzem conflitos entre pontos de vistas, acirrados pelo caráter político. Conflitos esses que carregam um peso de luta: mas o que é relevante para ser incluído? Por quem é definido? Com que base? Para quem esse currículo está sendo planejado? Está atendendo as condições de “todos”? Por mais simples

que pareçam, essas perguntas estremecem o conceito; “o que é” um currículo educacional.

Assim, podemos imaginar defensores de um currículo adequado para a formação plena do sujeito, conforme projeções interpeladas pelo contexto histórico, social e cultural, inclinadas à justiça social, a questões ligadas às desigualdades; porém, os valores não estão dados, são objeto de disputas de sentido. Essa luta por significação está associada a confrontos políticos, por exemplo, as que envolvem mais espaços de escuta e reconhecimento étnico-racial, que em muitos casos não são sequer consideradas, tampouco acompanham a radicalidade das demandas, enquanto o currículo educacional é “desenvolvido” e posteriormente formalizado, como se fosse representação da qualidade educacional, gerador de inclusão.

Nessa perspectiva de disputa curricular, há muitos discursos com visões que foram tomando espaço ao longo da história da educação, enunciações essas que são importantes para entender o processo de produção de sentido sobre a área curricular e suas “funções” na sociedade. Os discursos são produzidos em contextos, atravessados por desigualdades. Compreendidos como palavras e efeitos articulados (Ribeiro e Mendonça, 2023), alguns discursos curriculares podem ser mais inclinados ao eficientismo, já outros hibridizados com ênfase na teoria crítica em sua heterogênea busca por justiça social, a depender dos processos políticos envolvidos.

Nesse universo, em geral, um currículo de caráter eficientista busca a produtividade, geralmente associada a conteúdos que geram eficiência e eficácia, tem uma visão instrumentalista da educação (Lopes e Macedo, 2011). Apesar dos currículos eficientistas serem bastante criticados, múltiplas propostas, envolvendo diversos países adotam essa abordagem curricular. Imaginamos inicialmente que, entre eles, o Japão esteja incluído.

A despeito do Japão consolidar uma educação com base em John Dewey na segunda metade do século XIX (Kitamura et al, 2019), e de utilizar de algumas características progressistas como base, ainda imaginamos inicialmente que se estabeleceu com tendências de perspectiva instrumental. Isso porque as escolas japonesas podem ser consideradas tradicionais e eficientistas, por suas



características conservadoras e restritivas, voltadas para avaliações internacionais globalizadas. Pode-se depreender também que há certos acordos entendidos como tradições, voltadas para a forma como o conhecimento da educação japonesa é focado, principalmente nos conteúdos científicos e na forma como usam o padrão das habilidades e competências. Segundo Kitamura et al (2019) e Lopes e Macedo (2011), um currículo com essas características é considerado instrumental.

Com efeito, tais condições de produção de sentido se dão a partir de certas tradições e experiências que se vive no país. Deste modo, o Japão tem sido atravessado por um histórico de avaliações nas escolas e nas admissões das universidades bem competitivas e rígidas. Mas há outros elementos para serem considerados que tornam o estudo mais complexo. O Japão tem uma história diferente da maioria dos países ocidentais, sua cultura foi fortemente regulada ao longo do tempo, por não sofrer com a colonização. Mas, sua história é complexa e dialoga com o currículo escolar.

De acordo com Herschel (2004), a história do Japão é bem antiga, com datas de 10.000ac conhecido como Período Jomon, passou por diversas lideranças imperiais ao longo dos anos até os Estados Unidos forçar o país a ter um contato maior com o exterior. O Japão fechou suas fronteiras em 1600 e foi forçado a reabrir em 1853 pelos Estados Unidos. A partir disso, o país passou por diversas mudanças, incluindo o encerramento do shogunato, isto é, o feudalismo japonês (Henshall, 2004). Ainda de acordo com a obra citada, o Japão esteve por 253 anos com as fronteiras fechadas, tendo pouco contato direto com outras nações, o que contribuiu para a sedimentação de certos processos culturais.

Em suma, a educação japonesa tem uma história longa e complexa, conduzida por uma especificidade contextual que se apresenta na cultura e também teve influência externa em um período curto de tempo em que “se modernizou”. O que não silenciou a cultura, mas contribui com processos ambivalentes e complexos de negociação de sentido, tendo influência na educação e no currículo. Portanto, ao olhar para a educação japonesa e o currículo escolar, também olhamos para sua história e cultura.



### **Desdobramentos metodológicos: as pesquisas sobre o currículo no Japão**

O levantamento das informações para esta pesquisa se deu entre 5 e 9 de janeiro deste ano, 2024. As informações a seguir foram geradas a partir das reuniões nacionais da ANPEd, 38º reunião nacional (2017) até a 41º reunião (2023). A decisão de iniciar em 2017 se deu pela intensificação dos debates em torno centralização do currículo nacional no Brasil, sobretudo, após a homologação do novo Plano Nacional de Educação - PNE de 2014 (Brasil, 2014), seguindo das versões instituídas da Base Curricular Comum (BNCC) (Brasil, 2017, 2018).

Na 38º Reunião Nacional da ANPEd, realizada em São Luiz do Maranhão em 2017, há 20 publicações relacionadas à temática currículo no Grupo de Trabalho (GT) 12, dentre elas há algumas relacionadas à interculturalidade e políticas educacionais. No entanto, nenhuma exposição faz qualquer menção sobre “cultura japonesa”, “currículo japonês” ou “cultura oriental”. Em todos os artigos da 38º reunião nacional da ANPEd observamos o título, o resumo e as referências bibliográficas para perseguir o objetivo do trabalho, com a expectativa de encontrar ao menos um texto sobre “a cultura” e “o currículo japonês”. Além disso, fizemos uso de palavras-chaves como “Japão” e “japonês”, mas nada foi encontrado.

Na 39º Reunião Nacional da ANPEd, realizada na Universidade Federal Fluminense em Niterói, RJ, em 2019, há 23 publicações no GT12 de Currículo. A pesquisa foi realizada da mesma forma e, uma vez mais, nenhum trabalho foi encontrado. Vale destacar que alguns textos não estavam disponíveis para a leitura, portanto, apenas os disponíveis foram analisados.

Na 40º Reunião Nacional da ANPEd, realizada em Belém do Pará, em 2021, há 66 trabalhos publicados com a tag GT12, currículo. No 5º texto publicado no referido grupo de trabalho, Currículo narrativo em um horizonte sem currículos nacionais por Biondo e Selles (2021), não houve qualquer alusão ao Japão ou ao currículo japonês, mas fez uso de um texto estrangeiro sobre os estudos curriculares japoneses. A referência é: Young (2018), com o texto Can ‘powerful knowledge’ be the basis of a school curriculum for all pupils?. Apesar disso, nenhuma nova informação foi encontrada dentre as 66 publicações disponíveis.



Na 41ª Reunião Nacional da ANPEd, realizada em Manaus/AM, 2023, por problemas no site em que estão disponíveis as publicações, não foi possível realizar a pesquisa da mesma forma das anteriores. Nos trabalhos, não estão disponíveis as seleções de publicações apenas relacionadas a Currículo, o GT12. Portanto, a pesquisa foi realizada a partir de palavras encontradas no título. Procuramos por “Japão” e nenhuma publicação estava disponível, o mesmo aconteceu com a palavra “japonês”. Buscando por “currículo”, 48 exposições estavam disponíveis, dentre elas o texto Por uma (des) construç(ação) dos currículos-docências (Silva e Piontkovsky, 2023) no qual a palavra “Japão” aparece em uma citação, mas nada relacionado a currículo ou à educação japonesa. Entretanto, foi o único texto dentre os 48 que tem algo relacionado ao referido país, mas nada sobre educação e/ou currículo japonês. Não encontramos autor japonês também.

Seguindo o levantamento, buscamos no SciELO títulos específicos. Primeiramente procuramos publicações brasileiras com a palavra-chave “currículo japonês”, mas nada foi encontrado. Entretanto, da mesma forma, só que escrevendo “currículo Japão”, uma publicação foi encontrada: Letramento Científico: um estudo comparativo entre Brasil e Japão [...] (Leite e Bonamino, 2021). Buscando por “escolas japonesas”, duas outras publicações foram encontradas: A educação ultranacionalista japonesa no pensamento dos nipo-brasileiros (Okamoto, 2024) e Relatos Oraís de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação japonesa (Demartini, 2000). Procurando por “educação no Japão”, 10 publicações foram encontradas, mas nem todas estão necessariamente vinculadas à temática “currículo” ou ao sistema japonês (uma das publicações citadas anteriormente reapareceu nesta pesquisa). Tendo isso em mente, apenas 3 das 10 publicações consideramos minimamente relacionada à temática deste artigo, são elas: Quality assurance and evaluation system in japanese higher education (Yamaguchi, Tsukahara, 2016); Educação e cultura: Brasil e Japão (Ikeda, 2013) e Brinquedo e brincadeira na educação infantil japonesa: proposta curricular dos anos 90” (Kishimoto, 1997).

Voltamos o olhar agora para algumas revistas especializadas em currículo. Na Revista Espaço do Currículo (REC)<sup>2</sup>, as mesmas tags utilizadas no SciELO foram utilizados na área de buscas do site disponível, restringindo o período de 1 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2023, mas nada foi encontrado. Na revista Teias<sup>3</sup>, o procedimento foi o mesmo que na Revista Espaço Currículo e nenhum texto foi encontrado. Já na revista E-Curriculum<sup>4</sup>, mesmo sem limitações de datas, ainda assim não houve resultados, com os mesmos procedimentos realizados. Em todas as revistas e seus respectivos buscadores, os termos “Japão” e “japonês” foram utilizados sozinhos e/ou acompanhados dos termos “escola”, “currículo” e “educação” para encontrar algum artigo que estivesse vinculado com a temática investigada.

Por fim, no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES: a busca feita com o termo “currículo Japão” - atingimos 8 resultados, mas nenhum relacionado a currículo do sistema/escola japonesa, apenas vinculadas aos imigrantes japoneses no Brasil, cultura otaku no Brasil e relações internacionais entre Brasil e Japão, vinculadas à educação. No caso, 1 das publicações já foi citada e encontrada em outro site mencionado no presente artigo. Um dos artigos, mais precisamente, Migrações, processo educacional e os dekassegui: um estudo da rede de relações em torno da criança nikkei na escola brasileira no Japão está relacionado aos nikkeis, descendentes de japoneses, nas escolas brasileiras no Japão. Já nas buscas realizadas com o termo “currículo japonês” foram encontrados 2 resultados, mas são repetidos. Por fim, “escola Japão” foram 60 resultados.

### **A partir do campo de estudos em currículo, o que as pesquisas nos apontam sobre a questão curricular no Japão?**

A primeira linha de pensamento curricular utilizada oficialmente se deu a partir das ideias de John Dewey em conjunto com os padrões políticos da época, final do

---

<sup>2</sup> Revista da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec>. Acesso em: 10/04/2024.

<sup>3</sup>Revista da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias>. Acesso em: 10/04/2024.

<sup>4</sup> Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum>. Acesso em: 10/04/2024.

século XIX, quando as tropas dos EUA forçaram o Japão a abrir suas fronteiras para o exterior, terminando o período do feudalismo japonês, conhecido como *shogunato* e iniciando o período de modernização do referido país (Kitamura *et al*, 2019). No período Meiji, no final do século XIX, a educação japonesa realizou a primeira reforma educacional com base na educação norte-americana, utilizando-se da *Multi-track School System*, um sistema que segrega os estudantes por nível de QI (Kitamura *et al*, 2019, p.26).

Por causa da redemocratização influenciada pelos EUA no período pós-guerra, a educação sofreu uma segunda reforma com diversas outras mudanças, com foco nos critérios estadunidenses.

Na democratização no Japão, a educação teve um papel extremamente importante, especialmente a educação escolar. No pedido do GHQ, o governo americano enviou o United States Education Mission para o Japão em 1946. Esse grupo, composto por 27 especialistas americanos em educação, pôs junto um conjunto de propostas para democratizar a educação japonesa. Eles enfatizaram a importância em introduzir um estilo americano, sistema educacional democrático ((KITAMURA *et al*, 2019, p.3, tradução livre)

Nesse sentido,

[...] As propostas da missão guiou para um número específico de mudanças: livros didáticos enviados pelo governo foram abolidos; As matérias acadêmicas sobre a história nacional e educação moral foram substituídos por estudos sociais no estilo americano; 6 anos de educação primária e 3 anos de “Lower secondary education (Fundamental II) tornaram-se obrigatórios; escolas públicas que tinham separação por gênero até então tornaram-se mistas; e 3 anos de Ensino médio foram designados, estabelecendo deste modo um sistema educacional anual 6-3-3. (KITAMURA *et al*, 2019, p.3, tradução livre).

Cumpramos ressaltar que o sistema educacional 6-3-3 até a atualidade é utilizado nas escolas japonesas, mas houve diversas mudanças que brevemente mencionaremos a seguir. Um marco importante para a educação japonesa foi a formação do Rinkyoshin (Ad Hoc Council on Education) em 1984 (Kitamura *et al*, 2019, p. 25-27), como um corpo conselheiro para o Ministro da Educação Yasuhiro Nakasone (1982) que, dentre muitos motivos, surgiu por influência de políticas neoliberais, da necessidade de mudanças na educação e o crescimento da

“delinquência” juvenil - que cresceu exponencialmente após a segunda guerra mundial junto com o crescimento da dificuldade nos exames para ingressar no ensino médio e nas universidades. (Kitamura et al, 2019).

Ainda na perspectiva de Kitamura, o Rinkyoshin criava relatórios sobre a educação japonesa para a implementação de uma reforma para uma “Educação para o século XXI”. A partir do Rinkyoshin, discussões importantes sobre a educação japonesa eram realizadas para melhorar o sistema educacional e o currículo nas escolas, incluindo discussões para flexibilizar a educação, discussões sobre a “liberalização da educação” ou sobre o combate à delinquência estudantil (Kitamura et. al, p. 27, 2019).

Lembrando alguns aspectos observados sobre a educação japonesa, o The basic act of Education<sup>5</sup>, se torna uma base curricular, introduzida após a Segunda Guerra Mundial em 1947, atualmente ainda é utilizado no Japão com uma revisão elaborada em 2006 - como pode ser lido no site do Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia do Japão (MEXT), um dos responsáveis pela revisão.

O The basic act of Education estabelece princípios nacionais básicos para educação, dentre vários temos o direito à educação e oportunidades igualitárias para todos, educação compulsória, educação laica, educação social etc. A revisão foi necessária para se adequar às mudanças políticas, sociais e culturais no Japão em acompanhamento com o desenvolvimento de uma sociedade mais tecnológica e globalizada (Kitamura et. al, 2019; MEXT, 2024). Em concordância com o The basic act of Education, os princípios que norteiam a educação japonesa são 3: (1) Capacidade Acadêmica Sólida; (2) Riqueza em humanidade; (3) Saúde e fitness. Os 3 princípios se unem para o conceito de “Zest for living”, em tradução literal seria “Gosto de viver” ou “Entusiasmo por viver” (Kitamura et. al, 2019; Yoshida, 2016).

Nessa perspectiva, o governo nacional japonês estabeleceu um “currículo” para cada matéria acadêmica e estabeleceu livros didáticos que são estritamente examinados pelo Ministério da Educação (Kitamura et. al, 2019, p.26). Desse modo, o currículo nas escolas, segundo arquivos disponibilizados no site do MEXT, é

---

<sup>5</sup> Mext. **The Basic act of education**. Disponível em: MEXT : Basic Act on Education. Acesso em: 12/04/24

construído com base no The basic act of Education e o Basic Plan for the Promotion of Education, que é um plano básico para facilitar a compreensível e sistemática implementação das medidas necessárias para uma educação desenvolvida (MEXT, 2024).

Levando em consideração o exposto, seguindo certa tendência globalizada, o padrão curricular nacional das escolas do Japão é estabelecido. Um exemplo são as matérias do que seria o Fundamental II das escolas brasileiras, como: Língua Japonesa, Aritmética, Ciência, Estudos Ambientais, Música, Artes e Criações Manuais, Home Economics, Educação Física, Estudos de língua estrangeira e Atividades integradas (MEXT, 2024). No entanto, a recente linha de pensamento curricular que vem surgindo no Japão é o Active learning<sup>6</sup>, uma abordagem mais progressista sobre a educação, substituindo assim o padrão educacional japonês tradicional de orientação e memorização. Active learning permite que os estudantes possam ter um papel mais ativo em seu processo de aprendizagem nas escolas, admitindo o desenvolvimento de suas próprias habilidades, diferentemente das escolas padrões com seus métodos de memorização e avaliações competitivas entre os estudantes (Kitamura et. al, 2019; Yoshida, 2016). Também há o Education of Sustainable Development (ESD)<sup>7</sup>, um debate internacional sobre uma educação segura que é muito importante para o Japão, já que frequentemente há desastres naturais ocorrendo, como terremotos e tsunamis (Kitamura et. al, 2019).

Algo muito interessante de notar é o nomeado *Lesson Study* que é o encontro entre professores de escolas para discutirem experiências escolares e assuntos pedagógicos para melhorarem seus métodos de ensino e debaterem sobre a educação futura de forma coletiva. Essa prática ocorre desde o final do século XIX, período Meiji (Kitamura et. al, 2019, p. 105).

---

<sup>6</sup> KITAMURA, Yuto; OMOMO, Toshiyuki; KATSUNO, Masaaki. Education in Japan: **A comprehensive Analysis of Education Reforms and Practices**. Tokyo, Japan: Spring, 2019.

<sup>7</sup> Mext. Implementation Plan for Education for Sustainable Development in Japan. Disponível em: MEXT : ESD (Education for Sustainable Development). Acesso em: 12/04/24

### Considerações finais

Ao final deste artigo, realçamos que a educação japonesa tem muitos aspectos que podem ampliar os estudos em currículo e educação. No entanto, seus aspectos singulares demandam aprofundamento. Um estudo mais arraigado bibliograficamente em uma perspectiva histórica, documental e prática poderá contribuir e alargar os sentidos de currículo, além de outras abordagens. É curioso que as tendências curriculares no Japão atualmente afirmam algumas características progressistas, como o Lessons Study, mas ainda há uma forte influência neoliberal, como pode ser percebido ao analisar com mais profundidade o Active Learning. Há muito a ser explorado em seu currículo, como as atividades especiais que são de livre escolha dos estudantes, mas que não foram possíveis explorar nesta pesquisa.

No Brasil, como foi apresentado, não há publicações sobre a Educação Japonesa de forma aprofundada e ampla, apesar das aproximações entre os países em vários aspectos. Apesar disso, todas as publicações citadas na seção metodológica são irrelevantes para o tema proposto, quer dizer: tendências curriculares no Japão. Encontramos dificuldade durante a pesquisa em razão das limitadas opções de estudos sem tradução direta para o português, sendo necessário um conhecimento do inglês na linguagem acadêmica encontrada. Porém, este estudo oportunizou novos questionamentos.

Cumpramos ressaltar que nenhum autor japonês foi encontrado nas referências bibliográficas. Todas as informações sobre a educação e o currículo japonês foram percebidas em textos traduzidos para o Inglês, publicados na internet pública ou em sites que também são apenas traduzidos para o Inglês, exigindo assim um conhecimento da língua inglesa técnica por utilizar terminologias acadêmicas. Ademais, acreditamos na possível contribuição de um estudo brasileiro sobre o currículo japonês como abertura para novas discussões curriculares, abrindo margem para que autores e debates em academias japonesas entrem, para que novas questões relevantes surjam, dando visibilidade a pessoas de outras culturas, inclusive, por se tratar de um país que estabelece amplas e antigas relações com o Brasil por meio de inúmeros imigrantes que aqui vivem.

## Referências

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias**. Trad. Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

BALL, Stephen. **Educação Global S. A.** Novas Redes Políticas e o Imaginário Neoliberal. Paraná: Editora UEPG, 2014.

BARROS, Iris Aniceto; DIAS, Rosanne Evangelista. Entre a BNCC e o sentido de comum: pensando o liberalismo e a democracia. **Currículo sem Fronteiras**, v.23, n.1133, p. 1-18, 2023.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIONDO, Franco Gomes; SELLES, Sandra Lucia Escovedo. **Currículo narrativo em um horizonte sem currículos nacionais**. 40º reunião Nacional da ANPEd, UFPA. Pará, set. out. 2021.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos Oraís de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação japonesa. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 72, p. 43-72. Ago. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-7330200000300004>. Acesso em: 9 de Janeiro de 2024.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre revoluções culturais do nosso tempo. Trad. Thomaz Tadeu da Silva. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul. / dez. 1997.

HENSHALL, Kenneth G. **A History of Japan: From Stone Age to Superpower**. Palgrave MacMillian. New York, 2º edição. 2004.

IKEDA, Sumiko Nishitani. Educação e cultura: Brasil e Japão. **Pro-posições**, v. 24, n. 2, p. 269-274. Mai/Ago, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000200018>. Acesso em: 9 de Janeiro de 2024.

KITAMURA, Yuto; OMOMO, Toshiyuki; KATSUNO, Masaaki. Education in Japan: **A comprehensive Analysis of Education Reforms and Practices**. Tokyo, Japan: Spring, 2019.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedo e brincadeira na educação infantil japonesa: proposta curricular dos anos 90. **Educação & Sociedade**, v. 18, n. 60, p. 64-88. Dez. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000300005>. Acesso em 9 de janeiro de 2024.

LEITE, Andrielle Ferreira Muri; BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. Letramento Científico: Um estudo comparativo entre Brasil e Japão. **Cadernos De Pesquisa**, v. 51, Artigo e07760, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147760>. Acesso em: 9 de janeiro de 2024.



LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MEXT. Basic act of Education. Disponível em: MEXT : Basic Act on Education. Acesso em: 28, 29 e 31 de janeiro de 2024.

MEXT. Implementation Plan for Education for Sustainable Development in Japan. Disponível em: MEXT : ESD (Education for Sustainable Development). Acesso em: 12 de Abril de 2024.

MEXT. Outline of the revision of courses of study. Disponível em: [https://www.mext.go.jp/en/policy/education/elsec/title02/detail02/\\_\\_\\_icsFiles/afieldfile/2011/03/28/1303755\\_001.pdf](https://www.mext.go.jp/en/policy/education/elsec/title02/detail02/___icsFiles/afieldfile/2011/03/28/1303755_001.pdf). Acesso em: 28, 29 e 31 de janeiro de 2024.

OKAMOTO, Monica Setuyo. A Educação Ultranacionalista Japonesa no Pensamento dos Nipo-Brasileiros. **Hist. Educ.** (Online), v. 22, n. 55, p. 225-243. Mai/Ago 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/80207>. Acesso em 9 de Janeiro de 2024.

RIBEIRO, William de Goes. Currículo e BNCC: Possibilidades, para quem **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 44-53, Jan./Jun. 2018.

RIBEIRO, William de Goes; CRAVEIRO, Bastos Clarissa. Precisamos de uma base nacional curricular comum? **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.23, n.50, p. 51-69, fev./mai. 2017.

RIBEIRO, William de Goes; MENDONÇA, Daniel. A “inovadora” política angrense e o processo de reestruturação pós-BNCC: Um estudo da construção discursiva curricular centralizadora no município. **Revista Teias**. Rio de Janeiro, v.24, n. 75, p. 111- 113, out. dez. 2023.

SOUZA, Leticia Regina Silva; PIONTKOVSKY, Danielle. **Por uma (des) Construção dos Currículos-docências**. 41º Reunião Nacional da Anped. Amazonas, outubro, 2023.

YAMAGUCHI, Ana Mami; TSUKAHARA, Shuichi. Quality assurance and evaluation system in Japanese higher education. Avaliação: **Revista de Avaliação da Educação Superior** (Campinas), V. 21, n. 1, p. 71-87. Mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000100004>. Acesso em: 9 de Janeiro de 2024.

YOUNG, Michael. Can ‘powerful knowledge’ be the basis of a school curriculum for all pupils? **The Japanese Journal of Curriculum Studies**, n. 27, 2018, p. 71-76.

YOSHIDA, Hiroki. Effects of Active learning for curriculum management: with focus on the “course of study” of Japan. **International Journal of Knowledge Engineering**, Vol. 2, No. 2, p. 77-84. Jun. 2016.



**Sobre tendências curriculares no Japão: um estudo de caráter exploratório.**

Recebido: 12/05/2024

Aprovado: 10/06/2024

Publicado: 01/07/2024